



NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS Pela Vida da População Negra!

A Articulação Negra de Pernambuco (ANEPE) é uma rede de ativistas e organizações negras que tem atuado no enfrentamento ao racismo no Estado. Com mais de 60 instituições vinculadas, temos buscado, através de denúncias e recomendações, colaborar para a formulação, execução e avaliação de políticas públicas racialmente justas, em que todas as vidas sejam valiosamente consideradas. A realidade tem nos mostrado que em contextos de crise sanitária, política e econômica, são as populações negras aquelas que são impactadas de forma desproporcional pelo avanço das desigualdades, da pobreza e da violência. Exigindo intervenções precisas e efetivas para que nenhuma vida se perca por ação ou omissão da sociedade e do Estado.

Nesse sentido, diante dos imensos desafios que o contexto da pandemia por COVID-19 traz, consideramos oportuno e necessário apresentar elementos e fazer recomendações ao Governo do Estado de Pernambuco com intuito de garantir o suporte qualificado e amplo ao cuidado em saúde daqueles e daquelas que mais demandam por uma política de saúde forte, resolutiva e universal.

Assim:

CONSIDERANDO que o Sistema Único de Saúde (SUS) representa uma conquista inestimável para a população brasileira, que tem sua maioria composta por pessoas negras e pobres, é imprescindível que garanta um acesso universal, integral e equânime a este;

CONSIDERANDO que quase 80% dos usuários do SUS em Pernambuco se autodeclararam negros e negras, o que implica dizer que defender o SUS é, necessariamente, advogar pela existência do povo preto e que, as reivindicações e demandas trazidas por essa população, requerem ações que ultrapassem o paradigma hospitalocêntrico e flexneriano que restringe saúde à ausência de doença;

CONSIDERANDO o hiato e a controvérsia existente entre o direito constitucional à saúde e a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos em saúde e educação por 20 anos, deixando explícito o desmonte do SUS, operacionalizado pelo subfinanciamento, privatização, terceirização deste direito fundamental;

CONSIDERANDO que o estado de calamidade pública que envolve diretamente a política de saúde no Brasil, e particularmente em Pernambuco, exige atitudes enérgicas, alinhadas ao interesse da população e que não reduza direitos, não cabendo ao Governo Estadual adotar outra postura que não a de garantia de todas as vidas.

Por tudo exposto, **RECOMENDAMOS**:

1. O diálogo, construção e divulgação de formas de prevenção e educação em saúde que sejam coerentes com a realidade da população negra e pobre, que

- nem sempre dispõem de acesso à água de forma regular, saneamento básico e moradia digna;
2. Investimento estadual em orçamento para capilarizar os serviços e ações desenvolvidas no âmbito da saúde;
 3. A ampliação do diagnóstico por testagem de COVID-19, que ainda tem ocorrido de maneira pontual, contribuindo para subnotificação;
 4. Que os números divulgados contemplem o recorte de raça/cor, bem como as demais variáveis epidemiológicas tão importantes quanto aquelas para viabilização das ações em saúde;
 5. Que seja realizada a retificação de todos os boletins sobre o COVID-19, da Secretaria de Saúde (SES-PE), para constar a informação sobre raça/cor, se preenchidos os registros de notificação do campo da raça/cor, conforme a alínea “a”, e olvidados de ser lançados nos boletins, devendo após a retificação ser disponibilizados nos sites oficiais para eventuais consultas.
 6. A sistematização e ampla divulgação das disponibilidades e regulação dos leitos do sistema de saúde privado pela Secretária de Saúde de Pernambuco, conforme interesse público, em caráter imediato;
 7. Que o gerenciamento dos hospitais de campanha seja, prioritariamente, realizado de forma pública e estatal, facilitando assim a transparência do emprego dos recursos e contribuindo para um melhor monitoramento por parte da sociedade civil;
 8. Que haja um maior investimento em equipamentos de proteção individual para profissionais de saúde, em especial para as categorias mais expostas à contaminação, garantindo que todas as vidas sejam poupadas nesse momento;
 9. Que medidas efetivas de prevenção e de desencarceramento sejam adotadas, a fim de combater o contágio pelo coronavírus nas unidades prisionais e socioeducativas, respeitando o direito à prevenção e promoção à saúde, além de disponibilizar assistência médica devida aos indivíduos acometidos pela COVID-19 e que são usuários do sistema prisional;
 10. Que nenhuma medida de priorização dos leitos UTI ou leitos de outra natureza, seja tomada sem que se tenha efetivado todas as outras recomendações acima.

Na expectativa de que o Governo do Estado de Pernambuco cumpra seu papel constitucional de desenvolver a promoção, prevenção e cuidado em saúde de uma forma racialmente justa, equânime, economicamente viável e socialmente referenciada.

Recife, maio de 2020.

Assinamos.

ARTICULAÇÃO NEGRA DE PERNAMBUCO, COMPOSTA POR:

1. Afoxé Omo Nilé Ogunjá
2. Afoxé Alafin Oyó
3. Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas – Pernambuco
4. Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es - PE
5. Bloco Afro Obirin
6. Círculo Palmarino
7. Coletivo Afronte
8. Coletivo de Juventude Negra Cara Preta
9. Coletivo Fala Alto

10. Coletivo Filhas do Vento de Pesquisadoras Negras
11. Coletivo Ibura + Cultura
12. Coletivo NegreX
13. Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia
14. Espaço Cultural das Marias
15. Grupo de Estudos Afrocentrados Baobá da Faculdade de Direito/UFPE
16. Movimento Negro Evangélico de Pernambuco
17. Nação do Maracatu Leão da Campina
18. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
19. Instituto Luiza Mahin

ORGANIZAÇÕES E COLETIVOS PARCEIROS:

1. Coletivo Mangueiras
2. Coletivo Periféricas
3. Fase – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
4. Grupo de Pesquisa LABERER/UFPE
5. Movimento Semente Urbana
6. RENFA – Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
7. RUA – Coletivo Anti-Capitalista